

Lideranças preferem convocação do Congresso a partir de janeiro

DIÁRIO BRAZILIENSE

27 NOV 1991

Se o presidente da República optar pela convocação ordinária do Congresso para que seja possível votar suas propostas de emendas constitucionais que forem acordadas mediante entendimento com as lideranças partidárias, o presidente do Senado, Mauro Benevides, acha que a convocação deveria se iniciar no dia 6 de janeiro, depois que os parlamentares tivessem passado as festas de Natal e fim de ano com os seus amigos e familiares.

O líder do Governo no Senado, Marco Maciel, vai mais longe quando desaconselha qualquer convocação extraordinária que não tiver sido antecedida de um acordo prévio entre as lideranças partidárias em torno de propostas concretas do Governo. Superada essa etapa, Marco Maciel considera inconveniente que a convo-

cação se faça na primeira quinzena de janeiro, conforme já teve oportunidade de alertar o Governo.

Hipótese — O deputado Genebaldo Correia, líder do PMDB na Câmara, disse ao presidente da República que a convocação extraordinária, se decidida, não deveria alcançar a segunda quinzena de dezembro para não frustrar as festas natalinas dos parlamentares. Genebaldo admitiu assim, no encontro que Collor promoveu há mais de 15 dias no Palácio do Planalto, que a convocação se desse a partir de início de janeiro.

Nerione Cardoso, que foi secretário-geral da Mesa do Senado durante mais de 15 anos, acha que, se houver um entendimento, "basta prorrogar a sessão legislativa até o dia 20 de dezembro,

que se votará aquilo que tiver sido acordado".

O senador Marco Maciel espera que seja superado o problema criado em torno da política salarial para procurar as lideranças do PMDB e do PSDB a fim de explorar as possibilidades de entendimento. "O Governo já tem suas prioridades. Precisamos ouvir as oposições para verificar as matérias em torno das quais o acordo seria viável", afirma o líder do Governo.

O deputado Genebaldo Correia não afasta a hipótese de uma negociação, mas adverte que seu partido resolveu apoiar apenas aquilo que for indispensável ao ajuste fiscal e à abertura da economia. Em relação ao ajuste fiscal, a idéia do relator Francisco Dornelles (PFL-RJ) é incluí-lo na reforma tributária.